



"AS FÊNIX - RESSURGINDO DAS CINZAS": UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO REFLEXIVO COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO LITORAL DE SANTA CATARINA

AMANDA CRISTINA DOS SANTOS; JÚLIA CUSTÓDIO; JOÃO FILLIPE HERR

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo narrar as experiências e reflexões advindas de um grupo desenvolvido com mulheres em situação de violência conjugal extrema. Nesse sentido, foram acompanhadas, tanto em intervenções individuais, mas principalmente por um grupo, mulheres que haviam solicitado medidas protetivas e sobreviventes de tentativas de feminicídio. São descritos o processo de constituições do grupo, seus enfoques temáticos e alguns dos resultados encontrados nas potencialidades dos grupos em relação às mulheres sobreviventes de violência conjugal. Como método, utilizou-se do relato de experiência, com objetivo de narrar os temas recorrentes nos grupos, bem como suas potencialidades terapêuticas e reparadoras, no contexto de uma organização não-governamental. Os resultados apontam a importância do compartilhamento de experiências entre as mulheres, como recurso para as estratégias de enfrentamento diante da violência. Conclui-se que intervenções, sustentadas numa psicologia clínica, social e feminista, tanto individuais quanto processos grupais compartilhados, se fazem como espaço terapêutico e de reparação possíveis das violências experimentadas pelas mulheres sobreviventes.

Palavras-chave: Violência doméstica; tentativa de feminicídio; processos grupais; organização não-governamental; psicologia feminista.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A violência doméstica afeta a integridade física e psicológica das mulheres, acarretando consequências devastadoras em suas vidas (Saffioti, 1994). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência física ou sexual durante a vida (Who, 2021). Os números desse fenômeno são expressivos, visto que o Brasil ocupa a quinta posição entre os países com maior taxa de feminicídios (Waiselfisz, 2015). Além disso, estima-se que, em Santa Catarina, 76.255 mulheres foram vítimas de violência física entre os anos de 2017 e 2021. Como resultado, a partir de 2019, o Estado ocupa a sexta posição com o maior número de casos de violência doméstica (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2021).

Tanto a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), como a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), contribuíram para construção dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e as Organizações não-governamentais (ONGs) foram implementados na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para potencializar o cuidado das vítimas de violência doméstica. Essas são estruturas fundamentais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, com o objetivo de contribuir para a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações intersetoriais e interdisciplinares (Brasil, 2011; Brasil, 2006a).

Segundo a Norma Técnica de Uniformização para Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006b), o profissional da Psicologia é responsável pelo atendimento psicossocial das mulheres, tendo como principal objetivo promover práticas individuais e coletivas que resgatem a autoestima, autonomia e o empoderamento, e acompanhar os efeitos psicossociais de experiências potencialmente traumáticas, como as tentativas de feminicídio. No contexto do atendimento às mulheres em situação de violência, o acolhimento está relacionado à demonstração, por parte dos profissionais, de que suas demandas estão sendo ouvidas, acolhidas e respeitadas, com confidencialidade e cuidado, além da exigência do trabalho em rede e intersetorial (Crepop, 2013).

Durante o primeiro período de 2023, por meio de um estágio supervisionado em Psicologia, foram realizadas intervenções individuais e coletivas num CRAM localizado no litoral norte de Santa Catarina. Ao todo, 13 mulheres foram acompanhadas em acolhimento, e em alguns casos, psicoterapias breves. Todas essas mulheres haviam solicitado medidas protetivas em relação aos seus ex-parceiros, sendo algumas envolvendo cenários de extrema violência, como as tentativas de feminicídio. As demandas atendidas por meio das práticas individuais no serviço trouxeram inúmeras narrativas de sofrimento em relação aos diversos tipos de violência doméstica experienciados, evidenciando a importância de criar uma rede de apoio e identificação através da realização do grupo reflexivo de mulheres no serviço. Nos atendimentos realizados, os principais temas que emergiram foram: maternidade, o papel da mulher na sociedade, culpa, a perda do sentido da vida e relacionamentos abusivos.

2 OBJETIVO

A construção do grupo reflexivo teve como objetivo proporcionar um espaço seguro de acolhimento, cuidado, reflexão e contribuir para o processo de empoderamento e autonomia das participantes. Além disso, oferecer um ambiente para compartilhamento das experiências, promover reflexões acerca dos aspectos que permeiam a violência doméstica, proporcionar possibilidades de enfrentamento diante das situações da violência, ressignificar as situações de violência experienciadas e oportunizar vivências de interação entre as participantes.

Segundo Soares e Tomaz (2019) o objetivo das práticas sociais, quando se trata da violência, deve ser auxiliar no processo de reparação dos direitos humanos na vida das vítimas. O termo “reparação” considera que o sujeito terá que lidar com a violência por toda a vida e o objetivo do trabalho é elaborar estas situações para que a vida aconteça da maneira menos traumática possível. É importante considerar também que a reparação envolve a legitimidade da experiência violenta, e com isso, a implicação do Estado nos processos de reparação para além do psíquico, mas enquanto direitos também (Broide, 2019).

3 MÉTODO DE RELATO DE EXPERIÊNCIA

Os encontros do grupo reflexivo ocorreram semanalmente, com aproximadamente 1h30 de duração, no período de maio a julho de 2023, totalizando oito encontros. O grupo reflexivo foi destinado a mulheres vítimas de violência doméstica que possuem algum vínculo com o CRAM, ou seja, passaram ou estão em acompanhamento no serviço. Importante ressaltar que muitas mulheres saíram do ciclo da violência, mas continuam vinculadas à organização e foram convidadas a participar do grupo reflexivo.

Os encontros foram coordenados por duas estagiárias de psicologia e contaram com uma média de 6 participantes por encontro. As dinâmicas realizadas foram previamente definidas, tendo cada encontro um tema proposto. Os temas foram escolhidos junto com as participantes no primeiro encontro do grupo. As demandas eram relacionadas a dificuldade em exercer a maternidade e a sobrecarga de trabalho, relacionamento abusivo, o papel da mulher na

sociedade, o machismo, sentimento de culpa, a perda do sentido da vida e autoestima. Além disso, questões emergentes relacionadas a violência psicológica, sexual, física e patrimonial bem como o desconhecimento de políticas públicas de proteção à mulher emergiram durante os encontros.

Nos primeiros encontros foram propostas atividades de apresentação das participantes, coordenadoras e proposta do grupo reflexivo. Foram definidas questões sobre o tempo, o não julgamento, o respeito à fala da outra, a construção de um espaço seguro, confiável e acolhedor por meio do sigilo. O nome do grupo foi definido e a partir de sugestões das participantes, “As fênix: ressurgindo das cinzas” foi o nome escolhido. A criação de vínculos permitiu que, ao longo dos encontros, as participantes trocassem experiências sobre as situações de violência, compartilhando comportamentos de controle e coerção a que foram submetidas em relação aos parceiros, tais como: humilhações em relação a aparência e capacidade de autonomia, o impedimento de contato com colegas de trabalho e familiares, bem como a impossibilidade de exercer um trabalho formal por parte do ex-parceiro.

4 DISCUSSÃO

Durante os oito encontros realizados, o tema relacionado à maternidade emergiu nas narrativas das participantes atrelada a sentimento de culpa, insuficiência e sobrecarga. Segundo Zanello (2018), a partir das mudanças sócio-históricas ocorridas ao longo do Brasil Colônia até o século XX no contexto brasileiro, os papéis sociais de homens e mulheres passaram a ser bem definidos e passou-se a considerar características como delicada, cuidadosa, mãe e sentimental como aspectos naturais da feminilidade.

Na maioria dos encontros, as mulheres se encontravam esgotadas tanto fisicamente quanto emocionalmente, experienciando o desamparo e a invisibilidade no lugar de agenciamento dos processos econômico no universo doméstico. Este fato se dá, pois na cultura é naturalizado a carga horária de trabalho extensa das mulheres adicionado aos afazeres do cotidiano referente à casa, aos filhos e ao cônjuge, somado a situações de vulnerabilidade social. Para Zanello (2022) a mulher se subjetiva na sociedade através do dispositivo amoroso e materno, em que sua relação consigo mesma e com o mundo é interpelada pelo homem e pelo fato de tornar-se mãe. Pode-se perceber que a experiência materna é narrada pelas participantes como algo trabalhoso, pelo acúmulo de tarefas e responsabilidades.

Entretanto, percebe-se que as participantes conseguiram romper com o relacionamento abusivo pois tinham filhos como ancoragens. Segundo Broide (2019), o termo “ancoragem” está relacionado com fios, muitas vezes invisíveis, que mantêm as pessoas vivas. Em situações críticas, como a violência, a partir da escuta e identificação das ancoragens pode-se potencializar o trabalho e o processo de rompimento de relacionamentos abusivos, ao passo que o alvo da violência no relacionamento conjugal também podem ser os filhos, animais de estimação ou o próprio agressor, como forma de controlar e intimidar a mulher (Pain, 2015).

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, com esse relato de experiência, com os atendimentos individuais são importantes para a escuta da singularidade e as estratégias de enfrentamento diante da violência, especialmente em sobreviventes de tentativas de feminicídio. No entanto, o grupo se torna um espaço fundamental para o compartilhamento de experiências entre as mulheres, que constroem agenciamento e trocas sobre estratégias de enfrentamento utilizadas e espelhadas umas nas outras. Foi possível observar fenômenos importantes nos grupos, como os ciúmes excessivos presentes nas relações conjugais, e as formas de controle e coerção, presente de forma uníssona nas experiências das mulheres sobreviventes em relação a violência

O trabalho indica também a importância de uma psicologia clínica e social, mas

principalmente posicionada no feminismo crítico, como formas de escuta ativa e acolhimento das experiências construídas nesses cenários entre trabalhadoras e usuárias.

Indica-se, por fim, a necessidade de pesquisas, tanto de revisões sobre estudos relacionados às intervenções com mulheres que vivenciaram violências extremas, bem como pesquisas-intervenções e avaliativas que possam nortear políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm >. Acesso em 20 set. 2022.

_____. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Presidência da República, 2006a.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização para Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2006b.

BROIDE, Jorge. **A psicanálise em situações de extrema vulnerabilidade social**), p.128. In: LOPEDOTI, M.L.G et.al (org). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** S.L. Editora elefante, 2019.

BROIDE, Emília Estivalet. **A supervisão como interrogante da práxis analítica: do desejo de analista à transmissão da psicanálise**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2022.

PAIN, Rachel. Intimate War. **Political Geography** 44: 64-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.09.011>>. Acesso em 07 de agosto de 2023.

Saffioti, H. I. B. Conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-283.

SOARES, B. M.; TOMAZ, G. **A experiência do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos de Minas Gerais** (navcv-mg), p.286. In: LOPEDOTI, M.L.G et.al (org). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** S.L. Editora elefante, 2019.

Waiselfisz JJ. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**.Brasília: Flacso; 2015. [acessado 2016 nov 20]. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence against women Prevalence**

Estimates, 2018. Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva: WHO; 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

_____. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018. 301 p.